

Bancada do DF se reúne para fixar mandato do governador

A deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF) reúne hoje, às 11h00, em sua residência, os parlamentares do Distrito Federal no Congresso Nacional para a discussão do mandato-tampão de dois anos para o primeiro governador eleito do DF. O encontro é uma tentativa de parlamentar articular uma posição conjunta da bancada em relação ao assunto, já que, dos 11 constituintes de Brasília, cinco defendem o mandato-tampão e seis são contra.

Os que defendem o mandato-tampão são os deputados Augusto Carvalho (PCB), Sigmaringa Seixas (PMDB), Jofran Frejat (PFL) e Geraldo Campos (PMDB), além do senador Pompeu de Souza (PMDB). Os que se posicionam contra o mandato de dois anos são os deputados Francisco Carneiro (PMDB), Márcia Kubitschek (PMDB), Valmir Campelo (PFL), Maria Abadia (PFL) e os senadores Maurício Corrêa (PDT) e Meira Filho (PMDB).

A preocupação da deputada com a divisão da bancada sobre o tema é que, para a derrubada do mandato-tampão, no plenário da Constituinte, serão precisos, no mínimo, 280 votos. E, para se conseguir este total, será preciso uma ação conjunta no processo de convencimento dos 280 constituintes. A previsão é de que, durante a reunião, se tentará achar uma proposta conciliatória entre os dois grupos.

Esta conciliação, no entanto,

tende a ser difícil, segundo depoimento dos parlamentares que defendem o mandato de dois anos. Tanto Augusto Carvalho, como Sigmaringa Seixas, Jofran Frejat, Geraldo Campos e Pompeu de Souza, têm como compromisso eleitoral feito durante a última campanha a defesa das eleições diretas para governador do DF, em 1988.

Segundo estes parlamentares, há um desejo da população em eleger o mais breve possível o mandatário do DF. Além do que, afirmam, o mandato de dois anos permitirá que o governador faça a adequação da máquina administrativa e financeira de Brasília à autonomia política. Estes constituintes também não acreditam que, havendo eleições em 1988 e 1990, a população seja onerada, ou se desgaste politicamente.

Isso porque, afirmou o deputado Geraldo Campos o processo eleitoral é salutar para a realização de modificações que precisam ser feitas em Brasília, e, "só serão onerados os candidatos que fizerem campanhas milionárias e dispendiosas". Sua opinião é compartilhada pelos demais defensores do mandato-tampão, sendo que o senador Pompeu de Souza enfatiza que os dois anos de governo não permitirão "projetos políticos sem compromisso com a população".

Já os deputados Valmir Campelo, Maria Abadia, Márcia Kubitschek, Francisco Carneiro e os

senadores Meira Filho e Maurício Corrêa, têm argumentos contrários, embora com a mesma base de pensamento. De acordo com estes parlamentares, dois anos são insuficientes para um governador realizar sua gestão com eficiência à frente de um Governo.

Na opinião deste grupo, as eleições em 1988 e em 1990, como prevê o atual substitutivo da Constituição, causará um prejuízo financeiro à população, como também um desgaste político. E o tempo ideal para a realização da transição de um governador imposto para um eleito, além da adequação da máquina administrativa, não pode ser de dois anos.

Outro ponto de divergência entre estes dois se refere à data da eleição presidencial, que propiciou a aprovação da emenda do mandato-tampão. Segundo o deputado Augusto Carvalho, o mandato-tampão só foi possível em razão da decisão da Comissão de Sistematização de aprovar as eleições presidenciais para o próximo ano. Isso porque, não teria sentido um presidente eleito nomear mandatário de Brasília.

Em contrapartida, os constituintes que são contra o mandato-tampão querem o mesmo mandato estipulado para o Presidente, ou seja cinco anos. Uma ala dentro deste grupo, entretanto, acha que deve continuar o governador indicado até 1990, data em que serão realizadas eleições para este cargo nos demais estados do País.